

## ATA NÚMERO 30/XV/1.<sup>a</sup> SL

Aos dez dias do mês de janeiro de 2023, pelas 18:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, no Auditório Almeida Santos do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. **Audição da sociedade ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.**, na sequência da nova apreciação na generalidade do [Projeto de Resolução n.º 250/XV/1.<sup>a</sup> \(L\)](#) - *Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado* – 18h00

### 3. Aprovação de atas

- Reunião da Comissão de dia 21 de dezembro de 2022 e de 04 de janeiro de 2023

### 4. Comunicações do Presidente

#### 4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

##### i. Projetos de Resolução – generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 353/XV/1.<sup>a</sup> \(L\)](#) - Pela vinculação, contabilização do tempo de serviço docente e o fim do bloqueio na progressão da carreira
- [Projeto de Resolução n.º 354/XV/1.<sup>a</sup> \(BE\)](#) - Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores

**4.2. Pedido do Observatório Internacional de Direitos Humanos (OIDH) para que a 8.ª Comissão se associe à realização de um evento para assinalar o Dia Mundial da Justiça Social**

**5. Apreciação e votação do relatório final da [Petição n.º 65/XV/1.ª](#) - Pelo fim das taxas de admissão a provas de doutoramento**

**6. Discussão e votação do requerimento do PSD para audição urgente da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a decisão de reduzir o contingente de acesso ao ensino superior das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores**

**7. Outros assuntos**

**8. Data das próximas reuniões**

---

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A proposta de ordem do dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

**2. Audição da sociedade ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A., na sequência da nova apreciação na generalidade do [Projeto de Resolução n.º 250/XV/1.ª \(L\)](#) - *Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado* – 18h00**

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Deputada Germana Rocha, deu as boas-vindas ao Presidente da ESTAMO, Dr. António Furtado, recordando a grelha de tempos da audição.

O Presidente da ESTAMO referiu o seguinte, em síntese:

- Enquanto sociedade anónima cujo capital é detido exclusivamente pelo Estado, e no âmbito do seu objeto social, pauta-se por uma atuação alinhada com o cumprimento das políticas públicas e com a melhor afetação ao cumprimento de programas públicos estabelecidos pelo seu acionista;
- No seu ativo tem cerca de 345 imóveis, dos quais 30 estavam sem ocupação, desses 30 imóveis, 13 foram mobilizados para o cumprimento de políticas públicas, nomeadamente, no âmbito das políticas de habitação acessível do Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FNRE) e da Bolsa de Habitação e no âmbito do Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES);
- Estas afetações correspondem a cerca de 21% do total dos seus ativos e têm um justo valor de mercado de 300 milhões de euros, correspondendo a cerca de 70% das mais-valias potenciais do seu património disponível;
- Relativamente ao PNAES, a ESTAMO, cumprindo as orientações do seu acionista, em fevereiro de 2022, preparou, submeteu e acompanhou a candidatura de 3 processos para reabilitação de edificado e disponibilização de camas em residências para estudantes em Lisboa, Seia e Santarém;
- Todas estas candidaturas estão aprovadas; em setembro, foram assinados os contratos de financiamento para as obras de Seia e de Lisboa e, relativamente a Santarém foi assinado o termo de aceitação em novembro, aguardando-se o reforço da dotação provisional para que o contrato possa ser assinado pela ESTAMO;
- O total do investimento previsto com estes 3 projetos é de 45.7 milhões de euros, permitindo criar 800 novas camas, que representam cerca de 5.1% do total de camas que serão disponibilizadas ao abrigo do PNAEJ;
- Em Lisboa serão disponibilizadas 496 camas, um número ainda sujeito a ajustamentos em função da apreciação de projeto que está a decorrer na Câmara Municipal de Lisboa, 204 camas em Santarém e 100 camas em Seia;
- Deste total deste investimento, 45.7 milhões, o valor financiável pelo PRR será de 25.1 milhões, cerca de 10% do total do financiamento do programa na linha de reabilitação de edificado, e os restantes 21.2 milhões serão suportados com capitais próprios da ESTAMO;
- Não identificam constrangimentos que possam comprometer a calendarização assumida no contrato de financiamento com a ERASMUS+ e por isso têm a

expetativa de, no terceiro trimestre de 2025, os novos equipamentos estarem em funcionamento;

- Estão empenhados em que a ESTAMO se assuma como uma referência de serviço público, um parceiro ativo do seu acionista ao serviço das políticas estratégicas do Governo e que o património sirva como âncora de desenvolvimento em todas as suas dimensões.

Intervieram depois os Senhores Deputados Eduardo Alves (PS), Joana Barata Lopes (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, o Presidente da ESTAMO referiu o seguinte, em síntese:

- O alinhamento e o empenho da ESTAMO é total no cumprimento deste programa e de outros programas públicos que o acionista entenda assumir como prioritárias;
- A ESTAMO não ignora a sua natureza jurídica e o contexto em que opera, enquanto sociedade que está em mercado e que tem por objeto valorizar os ativos do Estado, e isso não é incompatível com o cumprimento destes programas, mas há que garantir a identificação dos ativos com perfil adequado para cada um dos programas e, depois, perceber de que maneira é que os podem trabalhar, mobilizar, para responder às necessidades e qual o quadro de financiamento em que operam;
- A ESTAMO irá assumir uma boa parte do autofinanciamento deste projeto com a capitais próprios e, como pretendem uma sociedade saudável com resultados positivos para o acionista têm que garantir, nas demais atividades, as condições de rentabilidade que suportem a mobilização destes ativos para estes programas;
- Quanto à questão da identificação do património e à oportunidade de ainda poderem vir a ser mobilizados outros ativos para este programa, o que a ESTAMO fez foi, dentro do seu património, perceber quais poderiam corresponder ao conjunto de exigências legais e regulamentares e que teriam condições para serem colocados com sucesso no programa, pois é fundamental perceber se esses imóveis dispõem ou não de condições de base para o efeito, pois isso também impacta de forma muito evidente nos custos de projeto e nos custos de construção;

- O prazo de candidaturas para o PNAES já terminou, mas tal não significa que de futuro não se possam vir a colocar outras oportunidades;
- No caso concreto dos imóveis identificados para o PNAES o critério tempo foi o fator decisivo, pois era necessário assegurar o financiamento;
- Quanto à questão de saber se ainda há tempo e espaço para novas identificações e novas afetações, respondeu afirmativamente, ainda que fora deste programa, estarão empenhados nessa missão, quer seja no programa de residências, quer seja na habitação acessível, quer em outros programas que o acionista venha a definir.
- Por fim esclareceu que o imóvel da 5 de outubro não é ainda propriedade da ESTAMO, mas sim da ImoResidências que tem por participantes, o Estado português e o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS). Em fevereiro de 2022 o então Secretário de Estado, Miguel Cruz, proferiu um despacho para que a ESTAMO preparasse as candidaturas no âmbito do PRR à adaptação daquele imóvel para residências, determinando que se deveria desencadear o processo tendente à dissolução do fundo e à transferência do imóvel para a propriedade da ESTAMO, esse processo não está ainda concluído, de qualquer modo os projetos de execução já foram apresentados na Câmara Municipal de Lisboa, na qual decorre o processo de licenciamento e, portanto, enquanto não houver licenciamento, não pode haver intervenção física, mas essa situação ficou acautelada no contrato de financiamento assinado com o Erasmus+.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

### 3. Aprovação de atas

Submetidas a votação, as atas das reuniões da Comissão de dia 21 de dezembro de 2022 e de 04 de janeiro de 2023 foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

### 4. Comunicações do Presidente

#### 4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

##### ii. Projetos de Resolução – generalidade

A Senhora Vice-Presidente da Comissão deu nota que o [Projeto de Resolução n.º 353/XV/1.ª \(L\)](#) - *Pela vinculação, contabilização do tempo de serviço docente e o fim do bloqueio na progressão da carreira*, tinha baixado à 8.ª Comissão no dia 6 de janeiro de 2023 e que o Grupo Parlamentar do Livre tinha sido questionado se pretendia a sua discussão em Comissão ou em Plenário, mas até aquele momento ainda não se tinha pronunciado.

Relativamente ao [Projeto de Resolução n.º 354/XV/1.ª \(BE\)](#) - *Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores*, informou a Senhora Vice-Presidente da Comissão que o mesmo tinha baixado à Comissão em 06/01/2023, não se encontrando o Grupo Parlamentar do BE presente seria questionado por escrito se o mesmo pretendia a sua discussão em Comissão ou no Plenário.

#### 4.2. Pedido do Observatório Internacional de Direitos Humanos (OIDH) para que a 8.ª Comissão se associe à realização de um evento para assinalar o Dia Mundial da Justiça Social

A Senhora Vice-Presidente da Comissão lembrou que este pedido tinha sido remetido à 8.ª Comissão pelo Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República. O pedido pretendia que a 8.ª Comissão se associasse a esta iniciativa. Na reunião da Comissão de 30 de novembro de 2022, deliberou a Comissão que se obtivessem mais informações sobre o Observatório (criação, estrutura, atividades desenvolvidas, etc) para uma melhor apreciação do pedido. Assim, na documentação para a reunião foi enviada documentação complementar relativa ao registo, estatutos e atividades de voluntariado, bem como informação sobre a inexistência de relatórios e contas e de contabilidade organizada. Intervieram os Senhores Deputados Tiago Estevão Martins (PS), António Cunha (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH) que se pronunciaram sobre esta matéria, entendendo não existirem elementos suficientes para fundamentar a associação da Comissão a esta iniciativa nem para enquadrar a mesma no âmbito das

competências da Comissão. Assim, deliberou a Comissão não se associar a esta iniciativa.

#### **5. Apreciação e votação do relatório final da [Petição n.º 65/XV/1.ª](#) - Pelo fim das taxas de admissão a provas de doutoramento**

A Senhora Deputada Maria João Castro (PS) apresentou o relatório final desta petição que aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP e do BE.

#### **6. Discussão e votação do requerimento do PSD para audição urgente da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a decisão de reduzir o contingente de acesso ao ensino superior das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores**

O Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do PSD Paulo Moniz e Sara Madruga da Costa apresentaram o requerimento do seu Grupo Parlamentar para a audição urgente da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a decisão de reduzir o contingente de acesso ao ensino superior das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Tomou de seguida a palavra o Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) que, não existindo ainda uma decisão sobre essa matéria, solicitou o adiamento da votação do requerimento para a reunião seguinte, de modo que o requerimento apresentasse de forma inequívoca a sua pretensão. Tomaram novamente a palavra os Senhores Deputados Paulo Moniz (PSD) e Sara Madruga da Costa (PSD) que discordaram do entendimento do Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS), considerando que o requerimento reflete claramente a sua pretensão uma vez que a Senhora Ministra anunciou a intenção de reduzir o contingente de acesso ao ensino superior, sendo por força daquelas afirmações que solicitam a sua audição. O Senhor Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH) considerou não haver motivo para o adiamento da votação do requerimento e no mesmo sentido interveio o Senhor Deputado António Cunha (PSD) argumentando que, uma vez que as declarações da Senhora Ministra não tinham sido desmentidas, não haveria razão para se considerar que o requerimento não refletia o seu objeto. Tratando-se de um direito potestativo dos grupos parlamentares, a votação deste pondo ficou adiada para a reunião seguinte da Comissão.

## 7. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

## 8. Data das próximas reuniões

A Senhora Vice-Presidente da Comissão informou que a próxima reunião da Comissão teria lugar no dia 17 de janeiro de 2023 pelas 15h00

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 19h30, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de janeiro de 2023.

**A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(Germana Rocha)**



### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)  
Ana Isabel Santos (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Catarina Lobo (PS)  
Eduardo Alves (PS)  
Lúcia Araújo Da Silva (PS)  
Porfírio Silva (PS)  
Rosa Venâncio (PS)  
Tiago Estevão Martins (PS)  
António Cunha (PSD)  
Cláudia André (PSD)  
Germana Rocha (PSD)  
Inês Barroso (PSD)  
Joana Barata Lopes (PSD)  
Maria Emília Apolinário (PSD)  
Rui Cruz (PSD)  
Sónia Ramos (PSD)  
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)  
Anabela Rodrigues (PS)  
Eunice Pratas (PS)  
José Pedro Ferreira (PS)  
Maria João Castro (PS)  
Rosário Gambôa (PS)  
Gabriela Fonseca (PSD)  
Marlene Teixeira (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Castro (IL)  
Joana Mortágua (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)  
Palmira Maciel (PS)  
Alfredo Maia (PCP)